



## QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA

### Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini  
Maria Fernanda Soares Couto  
Pollyanna Thays Zanetti  
Rayssa Carolina Matos De Assis  
Felipe De Almeida Campos

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

UNIDERP | PPGSS MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Introdução

A quebra da cadeia de custódia representa um grande desafio no processo penal, principalmente após a Lei 13.964/19, que formalizou no Código de Processo Penal a definição e etapas necessárias à preservação da prova. Cadeia de custódia é o conjunto de procedimentos que garante a autenticidade, integridade e confiabilidade dos vestígios coletados, desde o local do crime até sua análise em juízo. A ausência de sua observância gera nulidades e compromete a validade da persecução penal.

Trata-se de um tema de extrema relevância, pois está diretamente ligado à concretização de princípios constitucionais fundamentais, como o devido processo legal, a ampla defesa, o contraditório e a presunção de inocência. A correta manutenção da cadeia de custódia é o que assegura que a prova apresentada em juízo não seja contaminada, manipulada ou adulterada, preservando assim a confiança no processo e a legitimidade das decisões judiciais.

### Objetivo

O objetivo desse trabalho é analisar as implicações jurídicas da quebra da cadeia de custódia frente à Constituição e ao Processo Penal, verificando os efeitos práticos da Lei 13.964/19, sua aplicação nos tribunais e as consequências para a validade da prova e a proteção dos direitos fundamentais.

### Material e Métodos

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com caráter descritivo e qualitativo. Foram utilizadas a Constituição Federal de 1988, o Código de Processo Penal e a Lei 13.964/19, que formalizou a cadeia de custódia.

Entre os principais referenciais teóricos, destacam-se Aury Lopes Júnior (2020), ao tratar dos sistemas processuais; Renato Brasileiro de Lima (2020), que aborda a autenticidade das provas; e Guilherme de Souza Nucci (2020), ao analisar as consequências da inobservância legal.



Também foram considerados artigos, como o de Menezes, Borri e Soares (2018), que apontam os efeitos da quebra da cadeia de custódia, além de julgados do STJ que demonstram a aplicação prática do tema.

Assim, os métodos empregados possibilitaram reunir doutrina e jurisprudência, evidenciando a importância da preservação da prova no processo penal.

## Resultados e Discussão

A análise revelou que a cadeia de custódia, além de um procedimento técnico, é uma garantia constitucional voltada à preservação da prova. Sua inobservância pode gerar nulidades relativas ou absolutas, dependendo do prejuízo causado, atingindo não apenas a prova diretamente contaminada, mas também aquelas derivadas, conforme a teoria dos frutos da árvore envenenada.

A pesquisa evidenciou que a Lei 13.964/19 representou um avanço ao trazer etapas detalhadas sobre a coleta, guarda e manuseio da prova, reforçando a importância de um processo penal de caráter acusatório, em que a imparcialidade do juiz e a paridade de armas são garantias fundamentais.

Contudo, identificou-se uma lacuna quanto à responsabilização do agente público que viola a cadeia de custódia, gerando insegurança jurídica. Jurisprudências recentes confirmam que a quebra pode ensejar a exclusão da prova e até absolvição do acusado, em observância ao princípio do in dubio pro reo.

## Conclusão

O estudo conclui que a cadeia de custódia é essencial para assegurar a lisura do processo penal e a proteção dos direitos fundamentais. A Lei 13.964/19 fortaleceu o instituto, mas ainda há desafios quanto à responsabilização por sua violação. A quebra pode comprometer a validade das provas, afetar a imparcialidade do julgamento e gerar absolvições, reforçando a necessidade de maior rigor na preservação da integridade probatória.

## Referências

- AVENA, Norberto. Processo Penal. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Código de Processo Penal. Decreto-Lei nº 3.689/1941.
- BRASIL. Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime).
- LOPES JÚNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2021.